



INTELECTUAIS NO MUNDO CAPES: HETERONOMIA, RAZÃO MERCANTIL E PERDA DE SENTIDO

BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro; PEREIRA, Gilson Ricardo de Medeiros. **O fim dos intelectuais acadêmicos?** induções da CAPES e desafios às associações científicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

Resenhado por: Lalo Watanabe Minto¹

[...] o isolamento dos intelectuais gera uma exclusão dos papéis intelectuais na dinâmica da história, da cultura e da sociedade. [...]. O isolamento origina uma “torre de marfim”, cuja função consiste em acomodar os intelectuais às expectativas de papéis sociais e aos controles societários externos. Portanto, o isolamento não funciona como uma fonte dinâmica de auto-afirmação intelectual, de um poderoso pensamento abstrato revolucionário (ou, pelo menos, crítico). Ele funciona, antes, como instrumento de autoneutralização e autocastração, que organiza as atividades intelectuais como formas culturais do pensamento conservador. (Florestan Fernandes).

O fim dos intelectuais acadêmicos?: induções da CAPES e desafios às associações científicas é uma obra de denúncias e de anúncios, afirmam os seus autores, Lucídio Bianchetti, Ione Valle e Gilson Pereira. Publicada pela editora Autores Associados (Campinas, julho de 2015), e com título provocativo, a obra nos remete, de certo modo, a *Os últimos intelectuais*, publicado em 1987 pelo historiador estadunidense Russell Jacoby.

Seria o *fim* dos intelectuais acadêmicos mais um dos muitos “fins” (da ideologia, da utopia, da história etc.) anunciados no longo período de crise que a sociedade capitalista vivencia nas últimas 5 décadas? Esta é a pergunta que os próprios autores se fazem nesta obra densa em referências, e que provoca os/as leitores/as a um conjunto de reflexões essenciais para responde-la. O pano de fundo é a problematização do contexto em que vivem as universidades brasileiras e seus programas de pós-graduação desde a década de 1990, quando se instituiu o atual modelo CAPES de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*. Contexto este cujas raízes advém da própria instituição da pós-graduação *stricto sensu* no país, fruto de políticas que ganharam contornos mais definitivos durante a Ditadura Civil-Militar e que, de lá para cá, vêm se amoldando aos ditames do desenvolvimento econômico, político e sociocultural do país.

A referência central dos autores é Pierre Bourdieu, razão pela qual as análises de livro têm acento nos aspectos superestruturais do *campo de produção intelectual*. São reflexões cujo enfoque não está nas determinações materiais que geram certo tipo de produção acadêmica, mas sim na dinâmica interna dessa produção (e seu *campo*) e sua amoldagem à lógica da mercadoria. Por isso, as respostas a que se propõem os autores não abrem mão da situação dos problemas da instituição universitária, das associações científicas, da CAPES e seu “modelo” de avaliação no bojo de um *capitalismo acadêmico* e de outros conceitos que



são mobilizados para tratar do fenômeno que caracteriza a hegemonização da racionalidade mercantil no campo da produção intelectual acadêmica.

Os autores mostram que a lógica mercantil vai se naturalizando no meio acadêmico, num processo ao qual se referem como uma “*antropologia*” espontânea do racionalismo de mercado. Uma das razões dessa naturalização é a de que os acadêmicos (docentes, pesquisadores/as e pós-graduandos/as) compactuam com o modelo CAPES de avaliação, que, aliás, é vendido como sinônimo de “sucesso”, um produto de exportação. Sem essa adesão massiva, a adequação da universidade e sua produção aos ditames da sociedade capitalista contemporânea não atingiria seus objetivos.

O questionamento sobre os intelectuais acadêmicos, portanto, está alicerçado num aparente paradoxo: quanto mais a avaliação funciona (e ela está atrelada ao financiamento), mais ela induz os programas de pós-graduação, seus docentes, as pesquisas realizadas e difundidas em publicações, a um processo de subsunção à regras e parâmetros externos, contrários às suas finalidades; quanto mais produtivos parecem se tornar tais intelectuais acadêmicos, menos relevantes se tornam em sua condição de intelectuais. Daí a perda de sentido que o produtivismo produz: os indivíduos, as pesquisas e as atividades universitárias se afastam, crescentemente, das grandes “causas”; deixa-se de estudar e dizer aquilo que mobiliza a crítica e o debate. Sua finalidade é *ser produção*, descolada dos porquês e das razões sociais e históricas; do caráter público do que é produzido. Os intelectuais acadêmicos tornaram-se, assim, previsíveis, programados, *funcionários de luxo* a produzir *papers* irrelevantes, a contabilizar pontos e prestar contas em moeda *Lattes*. Numa palavra, estão *institucionalizados*.

Não há dúvida de que, como todo bom estudo, este também suscita polêmicas, sobretudo quanto ao papel atribuído à universidade brasileira. Mas não é exagerado aloca-la entre as leituras obrigatórias para todos e todas que se aventuram no estudo, na compreensão e nas lutas por uma outra universidade. Seu aspecto mais forte é o de ser uma obra que ajuda a empreender, de forma mais rigorosa e engajada politicamente, o combate contra o *produtivismo acadêmico*. Este constitui, ao nosso ver, uma espécie de síntese do papel heterônomo que as instituições de ensino superior são chamadas a cumprir no capitalismo brasileiro atual.

Outra contribuição, entre as muitas que podem ser extraídas da obra, refere-se à compreensão de que as muitas formas de adesão ao produtivismo, sobretudo nas ciências humanas e sociais, não dependem diretamente das filiações teóricas dos docentes-pesquisadores. Carreirismo e oportunismo são fatores importantes nesse processo, num momento histórico em que se fragiliza a esfera possível do *público* e as determinações do *privado*, progressivamente, ampliam seus domínios. As disputas entre pares, a competitividade e os *rankings* parecem se tornar a razão de ser primordial de muitos acadêmicos, quiçá a única a trazer motivação pessoal e profissional.

Para os que se filiam às escolas de pensamento crítico, notadamente a marxista, a provocação parece ser ainda maior. Não é raro encontrar esse perfil de acadêmico ocupando cargos e/ou posições de prestígio, e colocando em prática aquilo que há de mais nefasto no sistema de avaliação CAPES, deixando de lado qualquer compromisso com as questões prementes da vida social, mormente aquelas que são vitais para a classe trabalhadora brasileira. Obviamente, tampouco são raras as justificativas dadas para suas acomodações



ao sistema, que seriam “diferenciadas” ou por “boas razões”. Sem mencionar quando a adesão também se estende, por concordância ou omissão, ao acionamento de mecanismos de *caça às bruxas* dos colegas ditos improdutivos: trata-se de *expurgar* os que não vão “contribuir” para aumentar a nota na CAPES, mesmo que *aceitem* o sistema vigente.

Para os incomodados, em geral, com o modelo CAPES de avaliação, mas que ainda nutrem crenças a respeito da possibilidade de “disputa-lo *por dentro*”, os autores contrapõem uma pergunta de fundo: seria possível mudar a forma de inserção dessa produção e desses intelectuais acadêmicos via sistema de avaliação, o mesmo que, nas condições históricas vigentes, induziu precisamente ao seu contrário (à institucionalização, à burocratização, ao cerceamento das práxis não conformistas)?

Duas ausências importantes podem ser indicadas, a título de uma crítica construtiva ao trabalho: a primeira, refere-se à ausência de uma reflexão mais aprofundada sobre a universidade, a pós-graduação e os intelectuais acadêmicos brasileiros na dinâmica concreta do capitalismo dependente/periférico. Tal aprofundamento, remetendo a contribuições de Florestan Fernandes, por exemplo, poderia levar a outros questionamentos essenciais; a segunda, deve-se à não menção de uma mudança crucial, ocorrida nos anos 2000, durante o governo Lula, que foi o deslocamento dos debates sobre ciência e tecnologia para o âmbito da *ciência, tecnologia e inovação*. Esta última é peça-chave da discussão que nos trazem os autores, especialmente quanto ao inducionismo da avaliação CAPES naquilo que se refere ao tipo de conhecimentos produzidos (para quem, em que áreas, com quais finalidades).

A obra em foco não se encerra com uma mensagem pessimista e tampouco nos convida para uma *volta* ao passado, no qual encontraríamos uma universidade oposta a tudo isso. Para os autores, a perda progressiva de autonomia do *campo científico* é uma realidade incontestável, mas ainda não se cristalizou a ponto de se “normalizar”, como na acepção de Kuhn. Reside aí a mensagem final de otimismo, de uma exigência à ação, de uma aposta: estaríamos vivendo um período de transição e é preciso construir novas utopias.

Alguns leitores e leitoras poderiam se perguntar: haveria aí uma visão romântica da universidade brasileira e de seus intelectuais? Não se pode afirmar categoricamente que os autores descartem por completo uma visão nostálgica em relação à universidade, que teria deixado de existir. Entretanto, após a leitura do conjunto das provocativas reflexões apresentadas por Bianchetti, Valle e Ribeiro, seria injusto chegar a tal conclusão. Ao nosso ver, são reflexões de grande auxílio à tarefa de pensar a experiência da universidade brasileira e, acima de tudo, de sintoniza-la com a perspectiva de construção do novo, do futuro. De fazer como sugere recente dossiê, publicado pela Associação dos Docentes da nossa maior universidade pública, a USP: “(ainda é) tempo de reagir”!

O momento histórico presente, fortemente marcado pela perda de um horizonte de transformações radicais, pode também fazer vicejar – como tem feito – expectativas e posturas tergiversantes, aquelas em que o acadêmico crítico, no máximo, eleva suas “exigências de mudança” a um patamar inatingível, sem mediações ou concessões, como forma de acomodação. Não aceita nada abaixo da *revolução*, por isso, está sempre à espera de um *que fazer* definitivo, conclusivo, antes do qual (horizonte que nunca se aproxima) se sente autorizado a permanecer num estado de imobilismo; ou, pior, a aderir ao conservadorismo, ainda que disfarçado de inevitabilidade.



Como não compartilhamos disso, ousamos responder à pergunta que anima o título da obra aqui resenhada da seguinte forma: sem uma reação, imediata e duradoura, dos docentes, pesquisadores e pós-graduandos vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, o *capitalismo acadêmico* – cujo vetor decisivo é o modelo CAPES de avaliação – porá fim a qualquer vida intelectual significativa que ainda persista nas universidades brasileiras. Neste sentido, duas outras perguntas nos ocorrem: poderá ser esta uma reação apenas de/por dentro do *campo científico/da produção intelectual*? No caso específico da sociedade brasileira, o *fim dos intelectuais acadêmicos* é uma pergunta dirigida ao passado (houve intelectuais e pode não haver mais) ou ao futuro (se podemos esperar que venham a existir)?

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. Dossiê “Produtivismo acadêmico”: (ainda é) tempo de reagir. **Revista Adusp**, São Paulo, n. 60, maio 2017.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1979.

JACOBY, Russell. **Os últimos intelectuais**: a cultura americana na era da academia. São Paulo: Trajetória Cultural: Editora USP, 1990.

Notas

¹ Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

Submetido em: 06/10/2017

Aprovado em: 06/10/2017